




POLÍTICA SOCIAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES: CONTRIBUIÇÕES DO GTP SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL


Social Policy and Curriculum Guidelines: GTP's contributions Social Service and Social Policy

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Política Social e Serviço Social


Patrícia Soraya Mustafa*

 <https://orcid.org/0000-0002-3668-1501>


Robson Roberto da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0003-0699-853X>

Alessandra Ximenes da Silva ***

 <https://orcid.org/0000-0001-6362-2550>

Jucileide Ferreira do Nascimento****

 <https://orcid.org/0000-0003-3890-6847>

Denise Maria Fank de Almeida*****

 <https://orcid.org/0000-0003-0702-2088>

Cilene Sebastiana da Conceição Braga*****

 <https://orcid.org/0000-0002-2342-2818>

Evilasio Salvador*****

 <https://orcid.org/0000-0002-9474-374X>

* Assistente Social. Pós-doutora em Ciências Sociais Aplicadas. Profª Drª na Universidade Estadual Paulista. (UNESP, Franca/SP, Brasil). Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, nº 900, Jd. Antonio Petrágliã, Franca (SP), CEP.: 14409-160. E-mail: patricia.mustafa@unesp.br.

** Assistente Social. Pós-doutor em Serviço Social. Prof. Dr. na Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/ nº, Bloco E, São Domingos, Niterói (RJ), CEP.: 24210-201. E-mail: robson.essuff@gmail.com.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Profª Drª na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). R. Baraúnas, nº 351, Universitário, Campina Grande (PB), CEP.: 58429-500. E-mail: alesximenes@uol.com.br.


**** Assistente Social. Doutora em Política Social. Profª Drª na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cruz das Almas, Brasil). R. Rui Barbosa, s/ nº, Cruz das Almas (BA), CEP.: 44380-000. E-mail: nascimento.jucileide@gmail.com.

***** Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social. Profª Drª na Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380, Campus Universitário, Londrina (PR), CEP.: 86057-970. Email: denise.fank@uel.br

***** Assistente Social. Pós-doutora em Política Social. Profª Drª na Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). R. Augusto Corrêa, nº 1, Guamá, Belém (PA), CEP.: 66075-110. E-mail: cilene@ufpa.br.

***** Economista. Pós-doutor em Serviço Social. Professor Associado II na Universidade de Brasília (UnB, Brasília (DF), Brasil). Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília (DF), CEP.: CEP 70910-900. E-mail: evilasio@unb.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p230-245

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença

RESUMO

Este artigo apresenta um debate do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social e Política Social (gestão 2021-2022) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) acerca do lugar da política social nas Diretrizes Curriculares (D.C), evidenciando este espaço e sua relação com a “questão social”, eixo central da formação de assistentes sociais. Para fomentar este debate, o GTP apresenta aqui os principais resultados de uma pesquisa nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação da área (período de janeiro de 2009 a dezembro de 2019), a partir de duas palavras-chave, diretrizes curriculares e formação profissional, através das quais se buscou verificar a interlocução do campo da política social com ambas. Como principais resultados constatou-se o modo como as D. C. têm sido analisadas e empregadas nos estudos, cuja temática geral perpassa o campo da política social.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Profissional em Serviço Social. Política Social. Diretrizes Curriculares. Questão social.

ABSTRACT

This article presents a debate by the Thematic Research Group (GTP) of Social Work and Social Policy (management 2021-2022) of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS) about the place of social policy in the Curriculum Guidelines (DC), highlighting this space and its relationship with the “social issue”: the central axis of the professional formation in social workers. To foster this debate, the GTP presents here the main results of a research on the theses and dissertations of the graduate programs in the area (from January 2009 to December 2019), using two keywords, curriculum guidelines and professional formation, through which we are looking for verify the interlocution of the field of social policy with both. The main results showed how the Curriculum Guidelines have been analyzed and used in studies whose general theme permeates the field of social policy.

KEYWORDS

Professional Formation in Social Work. Social Policy. Curriculum Guidelines. Social Issue.

INTRODUÇÃO

A ABEPSS tem apontado que um dos seus desafios permanentes é o de acompanhar a implantação das D. C. no atual contexto marcado pela regressividade de direitos, inclusive o da educação, e de significativa inserção do capital financeiro, sobretudo no ensino superior.

Os GTPs, enquanto componentes da ABEPSS, e articuladores das pesquisas nas diversas áreas que permeiam a formação e o trabalho de assistentes sociais, seguindo a entidade e contribuindo com a mesma, também têm como uma de suas preocupações o acompanhamento da implantação das D. C. Assim, este GTP em específico, o de Serviço Social e Política Social, se propôs no ano de 2020 a pesquisar a produção do conhecimento nos programas de pós-graduação em Serviço Social (que tivessem mestrado e doutorado), no intuito de observar se havia teses e dissertações que em suas investigações analisassem como a temática da política social é analisada a partir das D. C. da ABEPSS.

Para isso, este GTP realizou uma pesquisa nos sites dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) na área de Serviço Social de teses e dissertações defendidas no período de janeiro de 2009 a dezembro 2019, que apresentassem no título, no resumo ou no corpo desses trabalhos, uma relação direta e explícita da temática da política social com as D. C. ou com a formação profissional, utilizando na busca duas palavras-chave: diretrizes curriculares e formação profissional. Essa pesquisa ocorreu tendo como base os programas de pós-graduação da área de Serviço Social que estão localizados nos estados que compõem as regionais da ABEPSS.

Do universo de teses e dissertações levantadas nos programas de pós-graduação situados nas respectivas regionais dessa entidade (Leste¹, Sul I², Sul II³, Centro Oeste⁴, Nordeste⁵ e Norte⁶), selecionou-se as que estabelecessem no título, no resumo ou no corpo dos trabalhos uma relação entre política social e as D. C. da ABEPSS. A leitura desse material permitiu sua organização em eixos de análise, criados após examiná-los, no intuito de revelar e analisar as principais aproximações realizadas por estas pesquisas entre o campo da política social e das D. C.

Para demonstrar o estudo que subsidiou a análise das teses e dissertações, o presente artigo aborda, em um primeiro momento, a “questão social” como eixo estruturante das D. C. da ABEPSS e a sua articulação com a política social na formação em Serviço Social. Já em um segundo momento, apresenta os principais resultados da pesquisa, que expressa o modo como essas D. C. têm sido analisadas e empregadas nos estudos cuja temática geral perpassa o campo da política social, que originaram as dissertações e teses dos programas de pós-graduação da área.

Por fim, o artigo tece algumas considerações e desafios que esta análise suscitou ao presente GTP, no que concerne a este campo de debate – o da política social e das D. C.

¹ Na Regional Leste, encontrou-se no site do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 187 dissertações e 184 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no PPGSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 109 dissertações e 70 teses; no PPGSS da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 162 dissertações e 40 teses; no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), 188 dissertações e 59 teses; no PPGSS (Mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 145 dissertações, não tendo ainda tese de doutorado defendidas, e no Programa de Pós-graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 173 dissertações e 13 teses.

² Na Regional Sul I, identificou-se no site no PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 129 dissertações e 37 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), 163 dissertações e 94 teses; no da Universidade Estadual de Londrina – PR, 105 dissertações e 25 teses; e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), encontramos 171 dissertações e 28 teses.

³ Na região Sul II, a qual compõe os programas de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Franca), ambos com mestrado e doutorado, detectou-se na UNESP, 188 dissertações e 91 teses, total de 279 trabalhos, e na PUC/SP não foi possível levantar o número total de teses e dissertações no período, devido à plataforma de consulta da universidade.

⁴ Na região Centro-Oeste o levantamento foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS (Mestrado/Doutorado), da Universidade de Brasília (UnB), que apresentou um total de 81 teses de Doutorado e 121 Dissertações de Mestrado no período 01/2009 a 12/2019.

⁵ Na Regional Nordeste, identificou-se no site do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 109 dissertações e 70 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 175 dissertações e 102 teses; no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 139 dissertações e 01 tese; e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), 119 dissertações e 26 teses.

⁶ Na Regional Norte, observou-se no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) o total de 101 dissertações, e nenhuma tese, pois o doutorado está em processo inicial e neste período ainda não havia teses defendidas.

“QUESTÃO SOCIAL” COMO EIXO ESTRUTURANTE DAS DIRETRIZES CURRICULARES E SUA ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA SOCIAL

A centralidade da “questão social” e suas expressões no âmbito da formação acadêmica e do trabalho profissional do Serviço Social é algo consensual⁷ por autoras/es alinhadas/os ao pensamento crítico marxista, como o grupo de pesquisadoras/es que assinam a autoria desse artigo.

Ademais, o tema da “questão social” está presente em vários estudos e pesquisas no âmbito da graduação e pós-graduação do Serviço Social. Dito isso, cabe aqui uma reflexão acerca da “questão social” como eixo articulador das D. C., definidas pela ABEPSS desde 1996, e cujas orientações estão presentes nos processos de formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social em âmbito nacional.

Assim, no documento da ABEPSS, de 1996, que versa sobre as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, na seção que trata da formação profissional, destaca como um dos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que “O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 5).

Nas D. C. de 1996 identifica-se a imbricada relação entre a “questão social” e os três núcleos de fundamentação da formação profissional, cujos conteúdos são organizadores dos componentes curriculares, disciplinas, oficinas/laboratórios, seminários temáticos, atividades complementares e outros, dos cursos de graduação em Serviço Social (Fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Fundamentos do trabalho profissional).

Os núcleos abarcam um rol de conhecimentos e habilidades que devem ser materializados nas atividades de ensino, pesquisa, estágio e extensão dos cursos de Serviço Social em funcionamento no Brasil. Os conteúdos descritos como essenciais para os debates de cada núcleo revelam mais uma vez a “questão social” e suas expressões de forma transversal e contundente dada à natureza da profissão Serviço Social e a “[...] sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46).

De acordo com Mészáros (2002), enfrenta-se uma situação de crise estrutural do capital, com parcela significativa da população mundial, vivendo em condições extremamente precárias. O desemprego estrutural reinante, o subemprego, os sistemas públicos de saúde e educação deficientes, a fome e a proliferação de favelas – apesar das promessas neoliberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza – são algumas das consequências nefastas de tal crise.

Nessa direção, a cena contemporânea brasileira exige cada vez mais a evocação da centralidade da “questão social” na formação das/os profissionais de Serviço Social e nos processos coletivos

⁷ Os cinco autores que colaboraram com artigos na revista *Temporalis*, n.3/2001 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2001) realizaram esse importante debate e até hoje suas contribuições são referências para profícuos debates acerca dessa temática.

de trabalho dessa categoria, face a crise (social, econômica, política, cultural e sanitária) instalada no país e o acelerado processo de ataque dos direitos sociais estabelecidos na Carta Magna de 1988 e na regulamentação e implementação das políticas sociais setoriais.

A agudização das expressões da “questão social” (pauperismo, desemprego, fome, violências, necropolítica, entre outras) no século atual revelam a superexploração da força de trabalho, com suas particularidades de gênero e raça, pelo sistema capitalista de produção, cuja fase atual amplia a insegurança alimentar, a fome, os sem trabalho e os mortos, e dá continuidade a uma lógica estruturante do modelo de desenvolvimento nacional, corroborando com a “[...] expropriação dos meios de vida dos trabalhadores e que vai gerar um generalizado, e ainda mais ampliado que hoje, contexto de empobrecimento da população no médio prazo”, segundo Behring (2021a, p. 218).

Esse adverso cenário impacta diretamente a oferta (ou não) de políticas sociais e a crescente demanda da população pelos serviços, ações, benefícios e programas sociais, bem como interfere na direção dos estudos e pesquisas acerca da temática Serviço Social e política social. Além disso, gera desdobramentos nos processos coletivos de trabalho das/os assistentes sociais já que a grande maioria dessa categoria profissional está inserida em espaços sócio ocupacionais cujo principal objeto de intervenção tem uma relação direta ou indireta com a política social (previdência social, assistência social, saúde, habitação, trabalho, cultura, entre outras).

Assim, o tema da política social não pode ser dissociado da “questão social”. Dialogando com Netto (2001), a “questão social” existe independente do reconhecimento ou ação do Estado, porque em sua compreensão é objetivamente parte constitutiva do processo de acumulação capitalista centrada na exploração da força de trabalho, nas suas dimensões de raça, gênero e geração. Para corroborar com a análise, ao se referir à função do Estado no sistema capitalista, Mandel (1982) afirma que “[...] o Estado é produto da divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção” (MANDEL, 1982, p. 333).

A “questão social”, portanto, expressa a relação contraditória entre o capital e o trabalho e a mesma é indissociável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos da exploração que essa produz sobre a classe trabalhadora em sua heterogeneidade, e nesse processo de mediação encontra-se o trabalho de assistentes sociais no âmbito da política social.

Desse modo, a política social contribui para a acumulação do capital de três formas distintas, no processo de reprodução da força de trabalho (por exemplo, via o acesso a políticas de saúde e educação); no aquecimento da produção por meio do estímulo ao consumo de massa (parte do salário liberado para consumir no mercado); e como estratégia para fomentar e difundir a ideologia dominante, dando legitimidade, consenso e viabilizando a hegemonia de classe.

No entanto, cabe sinalizar que as políticas sociais não acabam com a desigualdade social, mas servem para assegurar de forma parcial o acesso a alguns bens, via programas, projetos, benefícios e serviços (de saúde, educação etc.) produzidos na sociedade.

Sobre essa temática, é esclarecedora a análise feita por Behring (1998), quando afirma que a política social

Ocupa certa posição político-econômica, a partir de um determinado período histórico, e que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas. Portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas historicamente, na relação desses processos na totalidade (BEHRING, 1998, p. 174).

Totalidade é a categoria que se deve considerar quando se analisa a “questão social” e a política social, para não incorrer no risco de segmentar e pulverizar as multideterminações desses processos.

A “questão social”, como já foi assinalado, é uma questão coletiva, que nasce no seio da sociedade capitalista, se materializa sob a forma de exploração do capital sobre o trabalho e não pode ser reduzida aos problemas sociais específicos e pontuais, sendo, ao mesmo tempo, estrutural e conjuntural, ou seja, faz parte do sistema capitalista e influencia a vida das classes sociais de forma individual e coletiva. Preocupada com análises superficiais a respeito desse tema, Mota (2010) elucida que:

O que está posto na agenda contemporânea (e, mais largamente, no horizonte sociocultural) são outras formas de conceituar e tratar a questão social, através de uma nova reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea. As tendências em curso chegam ao extremo de imaginar que é bastante ter políticas sociais para suprimir “a questão social” ou como querem outros, que é suficiente que o Estado reconheça o direito de homens e mulheres das classes subalternizadas a atenderem suas necessidades sociais, transformando-os em cidadãos, para que também a questão social seja solucionada (MOTA, 2010, p. 50).

Segundo a autora, ocorre um transformismo, e a “questão social” adquire novas interpretações, e passa a, equivocadamente, ser sinônimo de exclusão social e de desemprego (MOTA, 2010).

A política social, por seu turno, não pode ser limitada à sua forma de inserção no mundo do capital, nem à luta de interesses dos sujeitos na definição de políticas setoriais, mas deve estar situada historicamente na relação desse processo na sua totalidade. Só assim será possível perceber as múltiplas determinações que integram o processo de sua definição.

Uma análise sobre política social não pode ser restrita ao estudo setorial e descritivo de um dos setores; deve buscar elementos históricos e institucionais do cenário político e social, no qual a mesma se formou.

A dinâmica histórica do acirramento das expressões da “questão social” e a necessidade da profissão em criar respostas para o seu enfrentamento em um país como o Brasil é um desafio adicional aos processos de formação das/os assistentes sociais face a conjuntura atual.

Ademais, ao se considerar a realidade das próprias Instituições de Ensino Superior (IES) que há algum tempo sofrem com o acelerado processo de desfinanciamento desta modalidade de ensino e, os impactos da contrarreforma desse nível de ensino em prol da privatização e mercantilização das IES, o que pode colocar em risco a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, essencial para consolidar uma formação comprometida com uma direção social, ética e política explicitada no Projeto Ético Político Profissional (PEP) contidos na Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/1993) (BRASIL, 1993) e no vigente Código de Ética

Profissional, e apta a dar respostas as expressões da “questão social” contemporâneas em diálogo com esse projeto profissional fundamentado nas D. C. nacionais em vigor desde 1996.

POLÍTICA SOCIAL E DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS: A EXPRESSÃO DE PESQUISAS NESTA ÁREA

A política social, como uma das respostas do Estado às expressões da “questão social”, como dito na primeira seção, aparece nas D.C. da ABEPSS de 1996, como uma das matérias básicas, dada a sua relevância para a formação profissional de assistentes sociais, as/os quais têm na política social um espaço fundamental de atuação e de temas para estudos e pesquisas. Essa matéria articula-se nestas Diretrizes aos três núcleos de fundamentação da formação profissional: o núcleo teórico-metodológico da vida social, destacadamente com a questão do trabalho, a lei geral da acumulação capitalista, a formação de consciência de classe das(os) trabalhadoras(es), que passam a reivindicar por direitos e políticas sociais; o núcleo da formação sócio histórica da sociedade brasileira, tendo em vista a importância de compreender o processo de constituição das políticas sociais, considerando as particularidades históricas do país, como o processo de modernização conservadora, a superexploração da força de trabalho, as dimensões de raça e gênero da classe trabalhadora etc.; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, posto que as políticas sociais configuram-se como lócus central no mercado de trabalho de inserção de assistentes sociais, como formuladores, gestores e/ou executores das mesmas (BEHRING, 2021b).

Essa incorporação da política social como matéria básica nas D. C. da ABEPSS expressa um processo de maturação das vanguardas e entidades profissionais sobre essa temática. Por ser uma matéria, a política social pode se desdobrar em várias disciplinas, como a de fundamentos de política social, a de seguridade social e as de políticas sociais setoriais (BEHRING, 2021b). De acordo com a ABEPSS (1996), o conteúdo da matéria de política social inclui:

As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 17).

A pesquisa realizada por este GTP buscou identificar de que forma as D.C. têm sido analisadas e empregadas nos estudos sobre a política social, que originaram as dissertações e teses, defendidas no interstício de 2009 a 2019, no âmbito dos programas de pós-graduação da área, que estão localizados nos estados que compõem às respectivas regionais da ABEPSS: Leste, Sul I, Sul II, Centro Oeste, Nordeste e Norte.

Por meio dessa pesquisa, notou-se que os trabalhos que tratam das D.C. ou da formação profissional concentram-se em 5 (cinco) principais eixos de análise, que não seguem aqui uma ordem de relevância: o primeiro, trata da relação entre política de assistência social e Serviço Social, inclui o debate sobre a concepção de profissão e a participação das entidades da categoria e das vanguardas profissionais no processo de formulação e implementação dessa política social; o segundo, envolve os estudos que fazem referência à formação profissional e sua relação com

a política de saúde e de assistência social, especificamente ao perfil de formação de trabalhadoras/es para atuarem nessas áreas; o terceiro, diz respeito à apreensão que o Serviço Social faz de determinadas noções, conceitos e/ou categorias adotados no desenho das políticas sociais, como a concepção de assistência social e de território; o quarto, está relacionado ao trabalho profissional nas políticas sociais, com destaque para saúde e assistência social, e envolve o processo de formação permanente de assistentes sociais em determinadas políticas sociais e suas respectivas instituições, como também a análise de instrumentos normativos dessas áreas sociais à luz do PEP, particularmente a partir das competências e atribuições privativas de assistentes sociais; o quinto e último eixo, aborda a expansão e a contrarreforma do ensino superior (constitutivo da política de educação) e os seus rebatimentos na formação profissional.

No primeiro eixo, que trata da relação entre assistência social e Serviço Social, particularmente sobre a concepção de profissão e a participação das entidades da categoria e das vanguardas profissionais no processo de formulação e implementação dessa política social, constatou-se que Lemos (2009), ao analisar o processo que deu origem às D.C., aponta que o documento final apresenta princípios e diretrizes e uma nova lógica curricular que organiza as disciplinas em três núcleos de fundamentação, já mencionados neste artigo. Além disso, destaca que essas D.C. definiram todas as matérias e suas respectivas ementas, como a de Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos e a de Política Social, e sobre esta em particular, constatou-se,

[...] que nela foi incorporada a concepção mais avançada da profissão, sem que se remeta a uma relação direta Serviço Social/Assistência Social. No âmbito da formação profissional, na análise documental das Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria, portanto, não comparece nenhuma relação que identifique a profissão com a política de assistência social (LEMOS, 2009, p. 139).

Outro ponto importante, é que as vanguardas e entidades da categoria profissional, em especial do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, denominados de Conjunto CFESS-CRESS – em defesa do PEP do Serviço Social, desde o processo constituinte vêm lutando pela efetivação da política pública de assistência social, no campo do direito da seguridade social e da cidadania. Além disso, destaca-se a participação das vanguardas do Serviço Social no processo de criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e de sua implementação nos anos 1990, que deve ser apreendida considerando “[...] as bases legais da sua inserção sócio-ocupacional, os seus compromissos ético-políticos e o desenho da sua reprodução, mediante novas normativas para a formação profissional” (LEMOS, 2009, p. 130). Ou seja, à luz da construção do PEP e, em particular do projeto de formação profissional, posto que nos anos 1980, ocorre na “[...] profissão um movimento de desfetichização do Serviço Social, seguido, na década subsequente, da desfetichização – pela vanguarda profissional – da própria concepção de Assistência Social” (LEMOS, 2009, p. 7). Porém, “[...] este movimento, na entrada do século XXI, vê-se contrarrestado e põe-se o risco de uma refetichização da Assistência, com implicações relevantes para a própria concepção de profissão” (LEMOS, 2009, p. 7).

Apesar de o Serviço Social ter avançado na construção de um PEP, que expressa uma auto-imagem da profissão (NETTO, 1999), ainda hoje uma das implicações que tende a afetar a própria concepção de profissão é a confusão que alguns setores e trabalhadoras/es fazem entre assistência social e Serviço Social ou entre política social e Serviço Social. Yazbek e Behring (2021), ao tratarem da questão de um possível “mimetismo” (IAMAMOTO, 2017) entre Serviço Social e regras/normas das políticas sociais, colocam a necessidade de desmistificar essa

confusão entre o exercício da profissão e as determinações institucionais no campo da política social. As autoras apontam alguns elementos fulcrais para entender essa tensão e ultrapassá-la. Um deles é o fato de, majoritariamente, as/os assistentes sociais trabalharem na condição de assalariadas/os, o que implica em ter que lidar com as demandas institucionais e normativas da política social, mas também com as demandas das/os usuárias/os das políticas sociais; isso requer das/os assistentes sociais o acesso de seu arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, a fim de estabelecer um projeto de trabalho que lide com esse conjunto de elementos, tensionando-os e contribuindo com as demandas atendidas para além das requisições institucionais.

No segundo eixo, que envolve os estudos que fazem referência à formação profissional, D.C. e sua relação com a política de saúde e de assistência social, encontram-se as teses e dissertações que apontam que as D.C. e o PEP do Serviço Social imprimem à formação um perfil de profissional competente, crítico e propositivo, mas analisam, no caso da política de saúde, as especificidades que essa área demanda das/os assistentes sociais, e se estas estão sendo contempladas, sem, contudo, desconsiderarem as implicações das influências de vertentes neoconservadoras e das contrarreformas.

Especificamente, Ravagnani (2010) em suas análises buscou verificar como as Unidades de Formação Acadêmica (UFAS) da microrregião da ABEPSS de Franca/SP inserem conteúdos relativos à política de saúde nos cursos de graduação, tendo em vista o fato de o Serviço Social ser considerado uma profissão da área de saúde. Esta dissertação discute para isso a política de saúde, o trabalho profissional das/os assistentes sociais nesta área e as D. C., evidenciando tanto a importância das Diretrizes, quanto de se estudar a política de saúde, especificamente, durante o processo de formação profissional, posto que as/os assistentes sociais são consideradas/os profissionais, também, desta política social. Aqui se aponta que a política de saúde, como uma das políticas sociais, está contemplada nas D.C., na medida em que as políticas sociais aparecem na mesma como mediação fundamental para o trabalho profissional de assistentes sociais. Vale aqui lembrar Bravo e Matos (2004) quando afirmam que a manutenção de uma formação generalista crítica no Serviço Social está em sintonia com as “[...] novas Diretrizes das diversas profissões [que] têm ressaltado a importância de formar trabalhadores de saúde para o Sistema Único de Saúde com visão generalista e não fragmentada” (BRAVO; MATOS, 2004, p. 17).

Moraes (2016) buscou analisar o Serviço Social na entrada do século XXI, considerando a pesquisa e a dimensão investigativa no debate da formação e do trabalho profissional, particularmente no âmbito da política de saúde. Para tanto, a análise do autor também se baseou nas D.C. da ABEPSS. Assim, a aproximação que faz entre o debate das D.C. com o campo das políticas sociais é pela via da reflexão da pesquisa e da dimensão investigativa das/dos assistentes sociais em seu trabalho profissional na política de saúde, vinculando, desta forma, formação com política social.

Na produção de Almeida (2016), a autora demonstra a intersecção das D.C. com a temática das políticas sociais, via apontamento da relevância da disciplina de Direito e Legislação Social. Nesta direção, estudou a proposta das D.C. da ABEPSS e as ementas da referida disciplina nos cursos de Serviço Social no estado de São Paulo. Detecta uma diversidade de abordagens, mas ao final a pesquisadora defende uma ementa para esta disciplina para os cursos de Serviço Social, que priorize as legislações sociais, com destaque para a assistência social, pois, parte da concepção que essa política social é o campo privilegiado de intervenção das/os assistentes sociais. Notou-

se que é desta forma que esta dissertação realiza o diálogo entre formação profissional, D.C. e política social. Logo, considera-se nesta análise que nem a formação e, tampouco as Diretrizes priorizam e nem devem priorizar o debate de uma só política social na formação profissional, mesmo entendendo a relevância da política de assistência social enquanto um dos principais espaços de trabalho das/dos assistentes sociais.

Netto (2010), no debate sobre a formação profissional no contexto das transformações societárias, no qual aponta que o encaminhamento que busca afunilar a graduação, garantindo a ela uma especialização por várias áreas, se opõe ao encaminhamento da manutenção do perfil generalista da graduação, que estimula a especialização como requisito para o exercício profissional após a graduação e que assegura um desenvolvimento da cultura profissional congruente com a direção social estratégica do Serviço Social. Esse encaminhamento que procura imputar o especialismo na graduação, “[...] além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível técnico-operativo, acabará por alijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais” (NETTO, 2010, p. 125). Por essa razão, reitera-se aqui a defesa da manutenção de uma formação em Serviço Social generalista crítica.

Os trabalhos que pertencem ao terceiro eixo de análise, que se refere à apreensão que o Serviço Social faz de determinadas noções, conceitos e/ou categorias adotados no desenho das políticas sociais, como a concepção de assistência social e de território, também defendem a manutenção desse perfil de formação generalista e crítico expresso nas D.C. Lemos (2009) apontou que ao final do século XX, um Serviço Social crítico contribuiu com uma nova concepção de assistência social progressista, que se vincula às particularidades da “questão social”, antes mesmo de esse termo tornar-se o eixo articulador das D.C. da ABEPSS. Assim, sua tese também demonstra que as Diretrizes e a política social, no caso aqui a assistência social, expressa um processo histórico de maturação das vanguardas e entidades profissionais. Já Abreu (2015) abordou o debate sobre o território no campo da política social no país, com o objetivo de identificar e examinar as principais tendências teórico-metodológicas, bem como suas formas de apreensão pelo Serviço Social. Para alcançar esse objetivo, a autora reconhece a importância de uma formação generalista orientada pelas D.C. e afirma que os “[...] fundamentos no Serviço Social são mais do que uma mera opção teórico-metodológica, representam um norte para descortinar alguns aspectos até então contraditórios e mitificados acerca do território, visualizando uma trilha possível e mais segura diante do mar da pós-modernidade que envolve tal discussão” (ABREU, 2015, p. 258).

O quarto eixo de análise está relacionado ao trabalho profissional nas políticas sociais, que são os principais espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais. Nele, encontram-se teses e dissertações que fazem referência às D.C. da ABEPSS ao buscarem examinar as tensões e contradições entre o PEP e o trabalho assalariado na política de assistência social; a direção social da ação das/os assistentes sociais em espaços, como o Banco da Previdência; a materialização do PEP do Serviço Social na política de saúde, considerando determinados níveis de atenção e/ou a realidade de certos municípios brasileiros; os desdobramentos das contrarreformas das políticas sociais no cotidiano profissional de assistentes sociais, principalmente com a entrada de determinadas organizações sociais nas instituições, como é o caso das Fundações de direito privado e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e com a reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); a atuação profissional no planejamento, na gestão e na execução das políticas sociais e seus respectivos equipamentos (como os centros de referência de assistência social, os hospitais, as unidades básicas de saúde, os centros de atenção

psicossocial, o INSS, os institutos de educação, dentre outros); a formação permanente de assistentes sociais; as competências e atribuições privativas de assistentes sociais no trabalho profissional nas políticas sociais.

Especificamente, a aproximação com as D.C. nas teses de Pessanha (2016) e Borges (2017) aparecem, principalmente, por meio do debate da condição da/do assistente social como uma/um trabalhadora/o assalariada/o especializado. Tal aproximação é fundamental para apreender no âmbito da formação e do trabalho profissional as tensões entre o PEP do Serviço Social e o trabalho assalariado de assistentes sociais, tão bem apontadas por Yasbek e Behring (2021).

Neste quarto eixo também se localiza os trabalhos que analisam o processo de formação permanente de assistentes sociais em determinadas políticas sociais e em seus respectivos equipamentos. Barros (2013) e Lustosa (2013) analisaram em suas localidades o processo de formação permanente de assistentes sociais nos hospitais universitários, ressaltando a importância da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como elementos significativos ao trabalho profissional, considerando as D.C. da ABEPSS. No âmbito da política de assistência social, Silveira Júnior (2016) - com o objetivo de “[...] apreender as ideologias difundidas nos processos de formação/capacitação dos/as trabalhadoras/es da assistência social desenvolvidos através do governo federal brasileiro nos anos 2000, destacando suas implicações para o (re)direcionamento político-pedagógico da intervenção profissional [...]” (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 6) - realizou fecundas mediações com as D.C. da ABEPSS, como forma de apontar as competências gerais fundamentais ao trabalho de assistentes sociais, que por sinal foram incorporadas nos parâmetros de atuação construídos pelo CFESS.

Desse modo, constatou-se nessas dissertações e teses, que examinaram a formação permanente de assistentes sociais, uma defesa das D.C., que aponta uma formação profissional de qualidade e continuada para as/os assistentes sociais, sendo corroborada pela Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (2012), que ressalta que o eixo norteador da formação continuada deve pautar-se na dimensão da totalidade histórica, resguardada na matriz de pensamento crítico dialético presente nas D.C., o qual permeia todos os níveis de qualificação (graduação, pós-graduação *lato* e *strictu sensu*, capacitações, atualizações, dentre outros processos de aperfeiçoamento).

Ainda neste quarto eixo, que está relacionado ao trabalho profissional nas políticas sociais, encontram-se as dissertações e teses que procuraram analisar algum instrumento/procedimento/dispositivo próprio de uma determinada política social, mas à luz do PEP do Serviço Social, especificamente a partir das competências e atribuições privativas de assistentes sociais. Situa-se aqui o estudo de Francisco (2017), que se centrou “[...] em apreender a direção social do documento ‘Orientações Técnicas sobre o PAIF’, tendo como referência o Projeto Ético-Político do Serviço Social, já que o mesmo pode direcionar o fazer profissional do assistente social no Sistema Único de Assistência Social” (FRANCISCO, 2017, p. 8).

Por fim, o quinto eixo de análise concentra as teses e dissertações que abordam a expansão e a contrarreforma do ensino superior e os seus rebatimentos na formação profissional, tendo como base a discussão sobre a política de educação e as D.C. da ABEPSS. Tratam-se de trabalhos que estudaram essa temática, considerando as particularidades do Brasil; que realizaram análises comparadas com outros países da América Latina e/ou que buscam apreender essa temática

considerando a realidade de determinados estados brasileiros. Lima (2014), por exemplo, analisou as perspectivas da formação profissional em Serviço Social na América Latina frente às tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior nos países amazônicos, em particular no Brasil e na Colômbia. A autora demonstrou que, apesar das resistências no Serviço Social e na sociedade, as transformações impostas pelo capital vêm impactando a formação em Serviço Social, na medida em que desqualificam o projeto de formação profissional construído coletivamente nos anos 1990 e que se materializou nas D.C. da ABEPSS (LIMA; PEREIRA, 2009).

Já Souza (2019) estudou a formação profissional em Serviço Social e a questão ético-política no contexto da expansão do ensino superior, na particularidade do Maranhão, a partir do levantamento e da análise de dados oficiais do Ministério da Educação e de projetos político-pedagógicos de cursos de Serviço Social no estado. Em seu trabalho, a autora discute sobre o PEP do Serviço Social, particularmente sobre o projeto de formação profissional, que se expressou com as D.C. da ABEPSS, mas que sofreram alterações no âmbito do Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação, que realizou cortes significativos no texto do projeto original encaminhado por essa entidade da categoria profissional. Contudo, ressalta que as D.C. da ABEPSS “[...] cumprem um importante papel de instrumento para a resistência frente à crescente flexibilização e desregulamentação [...]. aprofundada nas últimas duas décadas como um projeto neoliberal para a educação e especialmente em relação ao ensino superior” (SOUZA, 2019, p. 76).

Nessa direção, Negreiros (2014) discutiu sobre o processo de formação profissional da/do assistente social no município de Natal (RN), mediante a análise da implementação das D.C. e as repercussões das contrarreformas do ensino superior brasileiro, que impõem diversos desafios ao processo de formação em Serviço Social pautado nos valores ético-políticos defendidos hegemonicamente por essa profissão. Assim, a autora destacou a importância da atuação política da categoria de assistentes sociais, que historicamente vem denunciando os ataques contrarreformistas e defendendo um ensino superior público e gratuito, que garanta uma formação profissional pautada em valores éticos e políticos emancipatórios.

Assim, notou-se a partir das teses e dissertações, que se concentram nestes cinco eixos de análise, que a relação entre política social e as D.C. aparece pela mediação das políticas setoriais, principalmente nas áreas da saúde e assistência social; da formação profissional e da sua relação com o perfil de assistentes sociais exigidos para atuar nessas áreas sociais; da forma como o Serviço Social apreende determinadas noções, conceitos e/ou categorias empregadas nas regulamentações das políticas; das particularidades do trabalho profissional nas diferentes políticas sociais; e da contrarreforma da política de educação, sobretudo do ensino superior, e os seus rebatimentos na formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou trazer à tona um debate fundamental entre D.C., formação profissional e o campo das políticas sociais. Para isto, em primeiro lugar, reflete e afirma a centralidade da “questão social” nas D.C. e na formação de assistentes sociais, mas, vai além, elucida como a política social se conecta à “questão social”, e qual o lugar da mesma nas D.C., a partir desta interconexão, e, portanto, para a formação de novas(os) assistentes sociais.

Para realizar esta reflexão, o GTP, aqui envolvido, recuperou a essência das D.C. da ABEPSS, e evidenciou o lugar da “questão social” e da política social na formação profissional, a fim de iluminar as análises de uma pesquisa que realizou no ano de 2020, evidenciando neste espaço seus principais resultados.

Os resultados foram apresentados através de cinco eixos de análise que traduzem as principais tendências deste debate, a partir do conhecimento produzido em dissertações e teses no período e programas de pós-graduação já especificados.

Os principais debates trazidos pelas pesquisas elucidam a importância das vanguardas e das organizações da profissão na configuração das D.C., bem como na concepção de profissão e de política social, contribuindo sobremaneira para afirmar e desfeticizar tanto uma quanto a outra. Também apontam na direção de uma formação que tem as D.C. como eixo, debatendo e reafirmando seus núcleos de fundamentação. Alguns trabalhos trazem a interlocução entre formação profissional e as políticas sociais de saúde e assistência social. Outros revelam os limites e possibilidades da/o assistente social como trabalhadora(r) assalariada nestas políticas sociais, seja buscando responder se a formação respaldada nas D.C. atende a atuação profissional na área, seja elucidando uma normativa típica de uma política social, a partir do debate das competências e atribuições profissionais. E, há ainda aqueles trabalhos que analisam as implicações do sucateamento da política de educação superior na formação de assistentes sociais.

A partir dos trabalhos analisados, este GTP afirma e defende que as D.C. da ABEPSS são atuais, atendem as exigências de um perfil de assistente social, com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para atuar no âmbito das políticas sociais e de outros espaços sócio ocupacionais. Entretanto, pesquisar, analisar e refletir acerca das D.C. se faz necessário para amadurecer e alimentar o debate da formação profissional, debate este que é permanente, e não acabado. Nesta direção, podem-se detectar desafios a serem enfrentados, debates a serem aprofundados e possíveis demandas que podem inclusive serem atendidas através de revisões e ajustes curriculares, que primem por uma formação generalista, crítica, e que não promovam o especialismo na graduação, com a redução de uma formação por áreas/políticas sociais, ou a restrição da formação a uma dimensão instrumental e legal, ou seja, que não reduza a formação profissional generalista e crítica defendida pelas D. C. da ABEPSS.

Neste sentido, é fundamental a manutenção de uma formação que prima pela articulação dos núcleos de fundamentação, através de matérias, disciplinas e outros componentes curriculares, particularmente, aqui, nas disciplinas de política social, pois a formação deve criar condições para o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que possibilitem as/aos profissional(is) de Serviço Social, nos diferentes espaços sócio ocupacionais de atuação, a investigação da realidade social e a sua intervenção de forma crítica. Apenas com esse perfil de formação e com os demais níveis de qualificação (pós-graduação *lato e strictu sensu*, capacitações, atualizações etc.), que se pautam na categoria da totalidade do pensamento crítico dialético, o exercício profissional – , ao lado das entidades da categoria (ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS, ENESSO), dos movimentos sociais, organizações políticas (sindicatos, partidos etc.) e frentes sociais, que defendem os mesmos princípios ético-políticos dessa profissão –, pode confrontar, de forma substancial, a tendência da individualização/psicologização da “questão social”, da desconstrução dos direitos e das políticas sociais e da negação da seguridade social, que tem sido alimentada pela ofensiva

(ultra)neoliberal/neoconservadora, por meio dos processos de privatização, mercantilização dos serviços sociais, de focalização e de refilantropização das respostas dadas às expressões da “questão social”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, T. R. de. **O estudo da disciplina de direito e legislação social nos cursos de serviço social: “o sapatinho de cristal”**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca/SP, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

BARROS, R. M. de A. **O Trabalho dos Assistentes Sociais nos Hospitais Universitários Onofre Lopes (HUOL) e Hospital Ana Bezerra (HUAB) da UFRN os Desafios da Formação Permanente**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Natal, 2013.

BEHRING, E. **Fundo Público, Valor e Política Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021a.

BEHRING, E. O debate das políticas sociais curriculares: reflexões do GTP Política Social. Youtube. **Canal da ABEPSS**, Brasília (DF), 20 set. 2021b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o_NaADs2zi8. Acesso em: 7 out. 2021.

BEHRING, E. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BORGES, M. E. S. **Trabalho, direito e política de assistência social: o sentido ético-político das inserções de assistentes sociais (2004-2014)**. 2017. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília (DF), 1993.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete. *et al.* (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CFESS-CRESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília (DF): CFESS, 2012.

FRANCISCO, É. A. dos S. **O Serviço Social na política de assistência social: uma análise das orientações técnicas sobre o PAIF**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, 2017.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr. 2017.

LEMOS, E. L. de S. **Serviço social e assistência social no Brasil contemporâneo: de uma fetichização a outra?** 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, C. C. **A formação profissional em serviço social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia**. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Maranhão, 2014.

LIMA, K. R. de S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em serviço social. **Sociedade em Debate**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2009.

LUSTOSA, A. F. M. **Formação acadêmica do assistente para atuar na saúde mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí (UFPI), Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Aracaju, 2013.

MANDEL, E. O estado na fase do capitalismo tardio. In: O CAPITALISMO tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 333-345. (Col. Os Economistas).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, C. A. de S. **O serviço social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, São Paulo, 2016.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEGREIROS, T. C. G. C. de. **O processo de formação profissional em serviço social na cidade do Natal/ RN: desafios e novas perspectivas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Natal, 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 2010.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, n.3, p.41-50, 2001.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD/ABEPSS/CFESS. **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 1. Brasília (DF): CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PESSANHA, M. de F. V. **O trabalho do assistente social e seu significado nas relações sociais: a particularidade do espaço sócio-ocupacional na política de assistência social**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2016.

RAVAGNANI, C. L. C. **A saúde na formação profissional em serviço social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca/SP, 2010.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2016.

SOUZA, C. C. de C. **A formação profissional em serviço social e questão ético-política no contexto da expansão do ensino superior no Maranhão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Maranhão, 2019.

YAZBEK, C.; BEHRING, E. O debate das políticas sociais curriculares: reflexões do GTP Política Social. 20 set. 2021. 1 vídeo (2 h:20 min.:44 seg.). Publicado pelo canal **TV ABEPSS**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o_NaADs2zi8. Acesso em: 7 out. 2021.